

GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DOS AVANÇOS E DESAFIOS NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA (2005 - 2011)

Autores: Francisca de Fátima Cavalcante Evangelista ¹, Ana Paula Cavalcante Ramalho Brilhante ^{1,2}, Francisca Lucia Nunes Arruda ², Raimundo Augusto Martins Torres³, Maria Rocineide Ferreira da Silva ³

Instituição: 1.Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza
2.Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
3.Universidade Estadual do Ceará

INTRODUÇÃO: No Brasil, o Sistema Único de Saúde- SUS é o grande empregador na área da saúde, disponibilizando, atualmente, 52,2% dos seus gastos com pagamento de pessoal (GARCIA, 2010). Para Pierantoni (2002) o Recurso Humano constituem-se em um fator essencial para o alcance das metas de saúde; representam o item mais crítico e importante na luta para alcançar a saúde global. Portanto, a Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde são temas prioritários na agenda de desenvolvimento das políticas públicas de saúde e constituem-se em um fator essencial e crítico para o alcance das metas propostas no planejamento e implementação da Política.

No ano de 2003, o Ministério da Saúde (MS) criou a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) e reafirmou a relevância da área de recursos humanos para o desenvolvimento da Política Nacional de Saúde (GARCIA, 2010). A partir dessa iniciativa, o MS assume efetivamente seu papel de gestor federal do SUS, no que se refere à formulação de políticas orientadoras da formação e desenvolvimento em saúde e ao planejamento, gestão e regulação da força de trabalho em saúde.

A Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA) no ano de 2007 realizou reforma organizacional e criou a Coordenação de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (CGTES), com objetivo de atender a uma necessidade do Estado de enfrentar os desafios exigidos pelo Sistema Único de Saúde, que se relacionam com o mundo do trabalho.

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde foi instituída, como proposta de transformar e qualificar a organização das políticas e práticas de saúde, os processos formativos e as práticas pedagógicas na formação e desenvolvimento dos trabalhadores de saúde, com o envolvimento individual e institucional, ações e serviços, gestão setorial, atenção à saúde e controle social (BRASIL, 2007).

Na tentativa de reduzir os conflitos de interesses entre trabalhadores e dirigentes no âmbito do SUS, dentre os quais a precarização do trabalho, em 2003 foi reinstalada a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MNNP- SUS).

No Ceará, a Mesa Estadual Negociação Permanente do SUS foi instituída, com a finalidade de estabelecer um canal permanente de negociação entre o Governo do Estado e os Trabalhadores

do Serviço Público representados pelas entidades de classe que compõem o Fórum Unificado das Associações e Sindicatos dos Servidores Públicos Estaduais do Ceará (FUASPEC) (SESA, 2007).

No município de Fortaleza, sua implantação foi a partir da Comissão de Recursos Humanos do Conselho Municipal de Saúde de Fortaleza, conforme Resolução nº 76, Conselho Municipal de Saúde de 13 de Dezembro de 2005.

A democratização das relações de trabalho que resulte em melhoria da qualidade do serviço prestado ao cidadão e das condições de trabalho dos servidores, o uso de um espaço permanente de diálogo, a implantação de uma cultura da negociação, o alinhamento dos interesses dos servidores e da gestão, são experiências inovadoras, ricas em aprendizagem.

No ano de 2006, a Secretaria Municipal de saúde de Fortaleza criou o Sistema Municipal Saúde Escola (SMSE), o qual emerge do imperativo de provocar mudanças substanciais no Sistema de Saúde de Fortaleza, por meio da preparação dos trabalhadores e trabalhadoras para um atendimento de qualidade e a satisfação das reais necessidades da população. Assim, além de garantir os princípios expressos do SUS, foi acrescentada a discussão de uma aprendizagem significativa e capaz de promover reflexões no cotidiano das práticas, ressignificando os processos de trabalho estabelecidos, conforme Portaria 160/2006, publicada no Diário Oficial do Município – DOM (PMF, 2006).

Neste sentido vem constituindo processos pedagógicos com base na educação permanente e na educação popular, que partem da experiência prévia dos sujeitos envolvidos e do contexto onde estes se situam, objetivando promover a problematização da realidade, a aprendizagem significativa e o enfrentamento às situações-limite do cotidiano e, dessa forma contribuir para a satisfação das necessidades de saúde da população de Fortaleza.

OBJETIVO: Relatar experiência dos avanços e desafios na área da gestão do trabalho e educação na saúde no Município de Fortaleza.

METODOLOGIA: Para realização desse relato foram utilizados relatórios de gestão, publicações em Diários Oficiais da União, do Estado e do Município do período de 2005 a 2011. Buscou-se ainda, consultas a artigos publicados na área, teses, revistas, livros e documentos do Ministério da Saúde. Os relatórios de gestão, publicações em Diário Oficial da União (DOU), Diário Oficial do Estado (DOE) e Diário Oficial do Município (DOM) foram fundamentais para subsidiar a construção do trabalho, constituindo assim o referencial teórico de sustentação da pesquisa.

RESULTADOS: revelam que o esforço investido na área da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde pela esfera municipal foram importante para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), como: despreciação dos vínculos na Estratégia Saúde da Família (ESF) por meio do concurso estadual com base local no ano de 2006; concurso público para médico plantonista; seleção pública para Agente Comunitário de Saúde e Agente Sanitarista; concurso público para fiscal muni-

cial na saúde; três concursos públicos para Instituto Dr. José Frota. Valorização dos Trabalhadores por meio do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS; criação da Gratificação de Titulação Acadêmica (GTA), com percentuais de 50% a 80% (incentivo para especialização, residência, mestrado e doutorado). Conquistas para os servidores da ESF quanto à Gratificação de Incentivo por Atividade em Área de Risco (GIAR-SF) e Gratificação de Incentivo por Atividade em Regionais Distantes do Centro da Cidade (GIRE-SF); Gratificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (GSAMU), Grupo de Trabalho sobre Aposentadoria, instalação da Mesa Municipal de Negociação Permanente do SUS – MMNP-SUS, criação do Sistema Municipal Saúde Escola – SMSE, responsável pela formação dos trabalhadores da saúde, desenvolvendo diferentes programas e projetos em parceria com instituições de ensino como: Programas de Residências de Medicina de Família e Comunidade, Pediatria, Ginecologia, Multiprofissional de Saúde da Família e Comunidade, Projetos Cirandas da Vida, Pró- Saúde e Pet- Saúde, Regulação das Práticas de Ensino na Saúde e das pesquisas entre outros.

Ressalta-se ainda, a implementação de alguns dispositivos como o Fórum e os Núcleos Regionais de Educação Permanente, com o objetivo de democratizar e descentralizar as ações e decisões e fortalecer a cogestão dos processos.

CONSIDERAÇÕES: O município de Fortaleza ao longo dos anos tem dispensado esforços para melhoria da área da Gestão do Trabalho e da Educação, porém torna-se necessário maior discussão e envolvimento dos gestores no empenho da implantação e efetivação da Política. Esse relato de experiência faz parte do recorte da monografia da autora principal apresentada no Curso de Especialização da Gestão do Trabalho e Educação na Saúde realizada pela FIOCRUZ em parceria com a Universidade Estadual do Ceará e Secretaria da Saúde do Estado do Ceará por meio da Coordenadoria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde- CGTES.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. **PORTARIA Nº 1.996 DE 20 DE AGOSTO DE 2007.**

EVANGELISTA, F.F.Cavalcante. Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde: **Relato dos Avanços e Desafios no Município de Fortaleza.** Monografia da especialização de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, FIOCRUZ, Universidade Estadual do Ceará- UECE. Fortaleza, 2012.

GARCIA, A. C. P. Gestão do trabalho e da educação na saúde: uma reconstrução histórica e política. Tese de doutorado- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 2010.

PIERANTONI, Célia Regina. Recursos Humanos e gerência no SUS: In: NEGRI, B., FARIA, Regina e Viana, Ana Luiza D'Ávila (org). Recursos Humanos em Saúde: **política, desenvolvimento e mercado de trabalho**. Campinas, UNICAMP, 2002.

PMF. PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Secretaria Municipal de Saúde. **Portaria, nº 160/ 2006**.

_____ Conselho Municipal de Saúde de Fortaleza. **Resolução nº 76, Conselho Municipal de Saúde de 13 de Dezembro de 2005**. Acesso em 18 de fevereiro de 2012: <http://cmsf.sms.fortaleza.ce.gov.br/wp>.

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ. **Regimento da Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS – MENPSUS-CE**. Resolução nº 05/2000, do Conselho Estadual de Saúde – CESAÚ, publicada no Diário Oficial em 24 de maio de 2000. Acesso em 10 de março de 2012. <http://menpsusce.blogspot.com.br/p/regimento.html>.